

Conquistas da Amagis

Confira abaixo o texto final das principais propostas defendidas pela Amagis e aprovadas pela ALMG, que dependem da sanção do governador:

PROPOSTAS	
ORIGINAL	APROVADA
<p>Continha a supressão das circunscrições judiciárias do Vale do Aço e de Belo Horizonte. A proposta da Amagis foi de considerar que todas as comarcas sede de Turma Recursal fossem elevadas a essa condição e manter as circunscrições judiciárias acima citadas.</p> <p>A lei anterior classificava as comarcas como de entrância especial aquelas com 250 mil habitantes ou mais e as componentes das circunscrições judiciárias.</p> <p>A Amagis comemora o fato de o critério do número de habitantes ter baixado para 130 mil e a manutenção de todas as comarcas que já pertencem à entrância especial nessa categoria. Fora isso, a previsão é que mais comarcas atinjam tal condição à medida que o IBGE divulgar dados das populações das cidades.</p>	<p>As comarcas classificam-se como: de entrância especial as que têm cinco ou mais varas instaladas, nelas compreendidas as dos Juizados Especiais, e população igual ou superior a cento e trinta mil habitantes; (...)</p> <p>Foram mantidas como de entrância especial aquelas comarcas que compunham as circunscrições judiciárias e que não atendem os critérios acima.</p>
<p>Não seria criado nenhum cargo de magistrado na segunda instância.</p>	<p>Cria-se mais 20 cargos de desembargadores, totalizando cento e quarenta os cargos de magistrados do Tribunal de Justiça, dos quais um será o de Presidente; três, os de Vice-Presidentes; e um, o de Corregedor-Geral de Justiça”.</p>
<p>Não previa compensação do trabalho do juiz que compõe a Turma Recursal.</p>	<p>O número de processos julgados pelo Juiz como relator de Turma Recursal será compensado na distribuição de processos da sua vara de origem.</p> <p>Os processos em que o Juiz atuar como relator serão contados no seu mapa de produtividade. (...)</p>
<p>Constava apenas a gratificação por hora-aula.</p>	<p>Estabelece o direito do juiz a diárias e pagamento de despesas de transporte, quando se afastar da sede por motivo de cooperação, substituição, outro serviço ou em missão oficial; na forma de resolução da Corte Superior do Tribunal de Justiça; (...)</p>
<p>Não constava matéria sobre assessores de juízes. A iniciativa de se estender o benefício a todos os juízes vitaliciados, incluindo os dos juizados especiais, foi da Amagis.</p>	<p>O Tribunal de Justiça, no prazo de cento e oitenta dias contados da data da publicação desta lei, encaminhará à Assembléia Legislativa projeto de lei que cria cargos de assessores de Juízes vitaliciados, inclusive os dos Juizados Especiais, independentemente da sua classificação na carreira, a serem providos por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça, mediante indicação do Juiz.</p>

Passo a passo

ANO 2007

A diretoria da Amagis, através da portaria 45/2007, cria comissão para recolher sugestões de todos os magistrados para o aprimoramento da LODJ. A Comissão foi formada por 14 magistrados: Reynaldo Ximenes Carneiro, Joaquim Herculano Rodrigues, Kildare Gonçalves Carvalho, Geraldo José Duarte de Paula, Geraldo Domingos Coelho, Alvimar de Ávila, Antônio Armando dos Anjos, José Nepomuceno Silva, Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Gilson Soares Lemes, Herbert José de Almeida Carneiro, Maurício Torres Soares, Joemilson Donizetti Lopes e Michel Curi e Silva.



8 de maio: A diretoria da Amagis apresenta propostas da magistratura mineira ao TJMG. No dia anterior, a comissão havia compilado as propostas dos magistrados mineiros.

14 de junho: Diretoria e comissão reúnem-se para organizar a participação na votação das propostas no TJMG.

18 de junho: Sessão especial da Corte Superior com a participação da Amagis, que conseguiu incluir algumas propostas ao texto.



Ampliada a comissão de acompanhamento da LODJ com a participação dos coordenadores regionais.

Novos membros: Antônio Carlos Parreira, José Roberto Sterse, Carlos Frederico Braga da Silva, Laílson Braga Bauta Neves, Flávio Prado Kretli, Fábio Torres de Sousa, João Ary Gomes, José Humberto da Silveira, Wagner Guerreiro, Luiz Guilherme Marques, Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior, Soraya Brasileiro Teixeira, Rosimere das Graças do Couto, Carlos Donizetti Ferreira da Silva, Guilherme Sadi, Mauro Lucas da Silva, José Aluísio Neves da Silva, Luís Fernando Rennó Matos, Roberto Oliveira Araújo Silva, Ronaldo Vasques, Izabel Cristina de Freitas Prudêncio, Altair Resende de Alvarenga, Marcelo Carlos Cândido, José Clemente Piedade de Almeida, Marcelo Paulo Salgado,

Cairo Luiz Cordeiro Gibran, Paulo Duarte Lopes Angélico, Valter José Vieira, Rogério Santos Araújo Abreu, Juares Morais de Azevedo.

23 de agosto: Ocorre um encontro da diretoria e da comissão com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Alberto Pinto Coelho, e líderes partidários para apresentação de propostas de aperfeiçoamento da LODJ.



18 de outubro: Reunião da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG é acompanhada pela diretoria da Amagis e membros da Comissão. Nesta data, foi acertado que as propostas de magistrados seriam reincorporadas ao projeto original por meio de emendas de deputados.



24 de outubro: Diretoria reúne-se com a bancada do PMDB na Assembléia Legislativa. Ainda nesse mês, foram realizadas reuniões com todas as bancadas partidárias da Casa.



Dezenas de ofícios foram encaminhados ao presidente do TJMG.

Passo a passo

ANO 2008

17 de junho: Diretoria da Amagis reúne-se com o governador Aécio Neves, oportunidade em que discutiram a importância de uma justiça cidadã e o trabalho da Associação junto ao parlamento no sentido de aperfeiçoar a LODJ.



Bruno Gontijo

1 de julho: Reunião da Comissão de Administração Pública da Assembléia Legislativa de Minas para votar o parecer do PLC 26/07. Parecer é aprovado em 1º turno, salvaguardando os destaques feitos em plenário.



Geórgia Bacvaroff

8 de julho: Projeto segue para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia, onde recebe voto favorável.



Adriano Boaventura

10 de julho: Reunião da Comissão de Administração Pública da Assembléia para analisar o PLC 26/07.



Bruno Gontijo

14 de julho: Nova reunião da Comissão de Administração Pública. A votação é adiada para o dia seguinte, em reunião extraordinária da comissão.

15 de julho: O projeto da LODJ é apreciado na Comissão de Administração Pública da Alemg.



Bruno Gontijo

16 de julho: Aprovação em 1º turno da Comissão de Administração Pública do parecer do relator deputado Domingos Sávio. Na mesma data, o projeto é aprovado em 1º turno do plenário.

17 de julho: O plenário da Assembléia Legislativa aprova, em 2º turno, o projeto de lei complementar 26/07, com 46 votos. A diretoria da Amagis acompanhou toda a votação.



Bruno Gontijo